

JK15

.P8


1945

No JK16.P8 1945



GIVEN BY

U. S. DEPT. OF DOCUMENTS

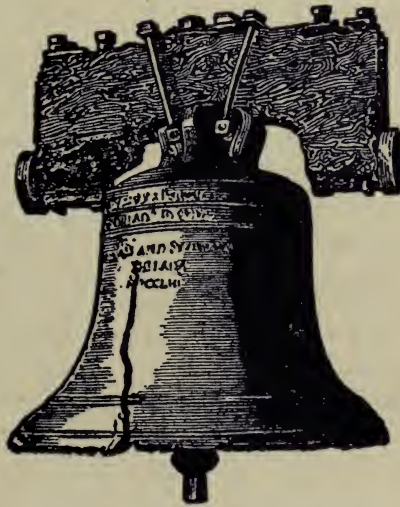


Digitized by the Internet Archive
in 2016 with funding from
Boston Public Library

<https://archive.org/details/credodeliberdade00unit>

JK15
.P8
1945

Credo de Liberdade



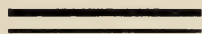
2247

O SINO DA LIBERDADE

O SINO DA LIBERDADE, cuja imagem ornamenta a capa dêste livro, conserva-se no edifício da Independência, em Filadélfia, onde foram proclamadas a Declaração da Independência e a Constituição dos Estados Unidos. Foi necessário fundi-lo três vezes, até se obter em 1753, um tom perfeito e uma forma harmoniosa. Desde então a voz do povo foi a sua: em 8 de julho de 1776 anunciou a independência das Colônias, ratificada quatro dias antes: e dobrou, surda e fúnebre nos dias de luto, ou repicou, alegre e vibrante, notícias gloriosas. Em 8 de julho de 1835, aniversário da proclamação da independência, quando dobrava para anunciar a morte de John Marshall, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o sino rachou-se e emudeceu. Mas o eco da sua voz é eterno como o espírito da liberdade, e hoje, após o tumulto da guerra, ouve-se mais claro e nítido que nunca, ressoando no coração dos homens .

U.S. Constitution

Credo de Liberdade



JK15
.P8
1945

*A Constituição
dos Estados Unidos e Outros
Documentos Históricos*



Copyright, 1945

JK 15
P8
1945

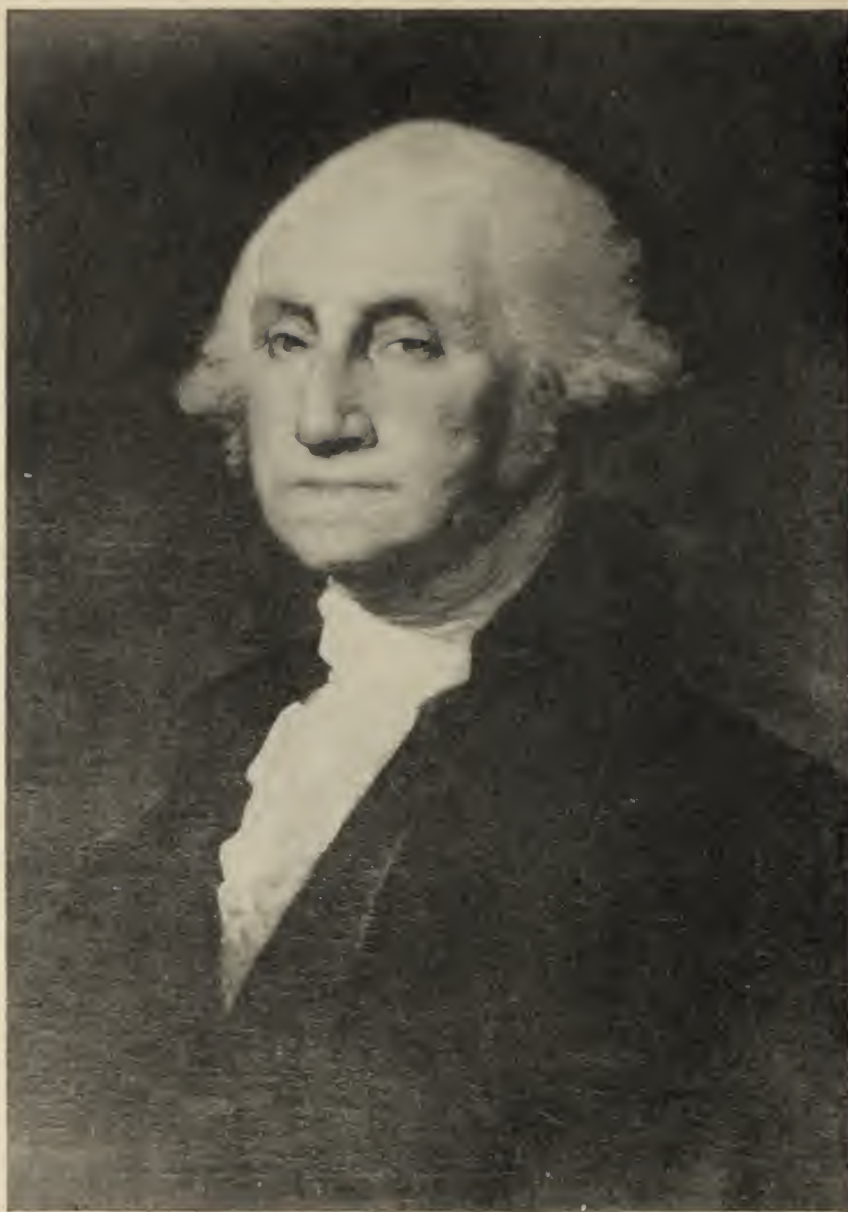
OBRA COLIGIDA
PELO WPA WRITERS' PROGRAM
TRADUÇÃO EM PORTUGUÊS
DA REPARTIÇÃO CENTRAL DE TRADUÇÕES
SECRETARIA DE ESTADO DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
PUBLICAÇÃO TC—222

(GNT) DOCUMENT
1945-22



ÍNDICE

	<i>Páginas</i>
A TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	1
EM TORNO DA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA.....	2
A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA.....	5
A BANDEIRA VERMELHA, BRANCA E AZUL.....	8
BREVE HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO.....	9
A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS.....	13
AS OUTRAS EMENDAS.....	14
O DISCURSO DE GETTYSBURG.....	17
O HINO NACIONAL.....	22
CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	23



Gilbert Stuart

*Retrato do General George Washington, Chefe do Exército Revolucionário e primeiro
Presidente dos Estados Unidos da América.*

A Tradição Democrática

HÁ na história de todas as Nações páginas esplêndidas que, quanto mais se lêem, mais enraizam nos povos as suas grandes tradições. Estas nunca se perderão porque estão gravadas no coração dos homens para serem repetidas, algumas vezes em línguas estranhas, quando o momento exigir que se afirmem de novo. Em verdade, não são propriedade duma nação mas património de toda a humanidade.

Assim acontece com os documentos oficiais e papeis de estado que aqui se apresentam, especialmente a Declaração de Independência, a Constituição e a Declaração dos Direitos Individuais, e também o Discurso de Gettysburg. Fruto do labor de muitos homens, alguns dos quais mortos antes de Colombo ter descoberto a América, a verdade e esperança que neles palpitam foram, pelos anos fora, levadas até aos confins da terra, onde quer que houvesse homens com a inteireza de carácter para reclamarem os seus direitos como tais.

Estas palavras, escritas e proferidas por grandes homens em grandes épocas históricas, são, juntamente com os nomes de três dos seus compatriotas—Thomas Jefferson, George Washington e Abraham Lincoln—o património comum do povo americano. O primeiro—autor da Declaração de Independência—formulou para o mundo os princípios democráticos sobre os quais se fundava a nova nação; o segundo conduziu à vitória o Exército Revolucionário, e foi o primeiro Presidente da nova República; e o terceiro—o Grande Emancipador—salvou a União que eles tinham consagrado a tão altos propósitos.

Em Torno da Declaração de Independência

A 4 DE JULHO DE 1776, proclamou o Segundo Congresso Continental a Declaração de Independência, rompendo oficialmente os laços que ligavam as treze colônias primitivas à corôa da Grã-Bretanha, e dando origem a uma nova nação. Mediante êsse documento se fundaram os Estados Unidos da América, e pela primeira vez na história da humanidade se viu um povo constituir-se em nação soberana, não como fruto de dilatada evolução, mas de acôrdo com um plano preciso e definido, firmando sua vida nacional livre e deliberadamente num ideal democrático.

Em 1774-1775, após uma década em que mais e mais se exacerbavam os ânimos, as dissidências entre a Grã-Bretanha e as Treze Colônias não se limitavam a causas de natureza meramente econômica. Foi só mais tarde, porém, em fins de 1775, que se manifestou um irreprimível desejo de independência após as refregas havidas em Lexington e Concord, e em seguida ao verbo inflamado de Patrick Henry, que lançou na Virgínia o grito de “liberdade ou morte.”

Em janeiro de 1776 se dava à estampa o *Senso Comum* de Tom Paine, obra vigorosa que advogava medidas extremas. Precipitaram-se então os sucessos. À medida que aumentava o movimento revolucionário ia enfraquecendo a autoridade britânica e as Colônias iam estabelecendo governos próprios. Os seus delegados ao Congresso, interpretando o sentimento dos colonizadores, debateram o rompimento final com a Grã-Bretanha.

Em 2 de julho de 1776 foi aprovada uma resolução declarando que “estes Estados Unidos são e devem ser de direito estados livres e independentes.” Dois dias mais tarde adotava o Congresso a Declaração de Independência, formulada por uma comissão. Thomas Jefferson, cujo nome ocupa nos Estados Unidos um lugar ao lado de Washington e Lincoln, fôra o autor do mais conhecido e mais nobre dos documentos oficiais americanos.

Só no último parágrafo é que se declara a independência, expondo-se nos precedentes, que compreendem nove décimos do total, as razões a isso conducentes. A Declaração começa por definir com grande eloquência os

princípios morais sôbre que se baseia a revolta. A seguir, dá uma relação de atos opressivos específicos cometidos pela Corôa, provando-se haverem sido violados todos os artigos desse monumento inglês, a Declaração dos Direitos e das Garantias Individuais. Termina proclamando aberta e denodadamente a independência e soberania nacionais.

“Com tanta lógica para convencer, como fervor para inspirar entusiasmo,” essa Declaração expressa os princípios políticos e sociais que deram origem à Guerra de Independência. Seus conceitos idealísticos não se ajustavam perfeitamente às condições de vida nos Estados Unidos em 1776, como ainda o não são hoje. Serviram porém, para justificar a formação de uma nação independente no Novo Mundo, e seus ideais têm sido como um facho luminoso através dos anos, guiando os americanos cada vez mais perto desses nobres conceitos.

Apresentação da Declaração de Independência. Quadro de John Trumbull que se conserva no Capitólio.



IN CONGRESS, JULY 4, 1776.

The unanimous Declaration of the thirteen united States of America.

When, in the late summer, we had to go on a night to deliver the first sermon

[illegible][illegible]

The head of the plant is in the form of a large, rounded, lobed, and is the most important part of the plant. It is the only part of the plant that is not covered by the leaves. The head is the only part of the plant that is not covered by the leaves. The head is the only part of the plant that is not covered by the leaves.

6. "Judge in upholding his right to have his retainer's property seized — He was made judge & master in the case." 1880

[illegible][illegible][illegible]

The first of these is the fact that the *Journal* is a very valuable source of information on the history of the country. It contains many interesting details of the life of the people, and of the progress of the country. It is a very valuable source of information on the history of the country.

and the features be made to show changes which become clear and distinct upon inspection of all your own and our relations. In my very own, I have been very much interested in the most recent forms of expanded relations between our own and the ^{other} of the world. A new era has been reached in the world, and we are now in a position to see the results of our own and our relations.

10. We have to have something in addition to our British policy. We have received from your time a lot of thought on this question and we are now preparing our answer. The one essential thing for the reconstruction of our country and of the world is the new political system. We have already taken many steps and many more are to be taken before the end of a common world to bring our political system, which would be the basis of our new political and economic system, to a point where it can be applied to the whole world. We have to have a common world to bring our political system, which would be the basis of our new political and economic system, to a point where it can be applied to the whole world. We have to have a common world to bring our political system, which would be the basis of our new political and economic system, to a point where it can be applied to the whole world.

It would therefore appear that the necessity which demands our liberation is not held from us until the act of insurrection, because we have no right to it.

[illegible]

and this journal. Recd. -

[Faint handwritten notes at the bottom of the page, likely bleed-through from the reverse side.]

[Faint handwritten notes at the bottom of the page, possibly bleed-through from the reverse side.]

1874
 1875
 1876
 1877
 1878
 1879
 1880
 1881
 1882
 1883
 1884
 1885
 1886
 1887
 1888
 1889
 1890
 1891
 1892
 1893
 1894
 1895
 1896
 1897
 1898
 1899
 1900
 1901
 1902
 1903
 1904
 1905
 1906
 1907
 1908
 1909
 1910
 1911
 1912
 1913
 1914
 1915
 1916
 1917
 1918
 1919
 1920
 1921
 1922
 1923
 1924
 1925
 1926
 1927
 1928
 1929
 1930
 1931
 1932
 1933
 1934
 1935
 1936
 1937
 1938
 1939
 1940
 1941
 1942
 1943
 1944
 1945
 1946
 1947
 1948
 1949
 1950
 1951
 1952
 1953
 1954
 1955
 1956
 1957
 1958
 1959
 1960
 1961
 1962
 1963
 1964
 1965
 1966
 1967
 1968
 1969
 1970
 1971
 1972
 1973
 1974
 1975
 1976
 1977
 1978
 1979
 1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298
 2299
 2300
 2301
 2302
 2303
 2304
 2305
 2306
 2307
 2308
 2309
 2310
 2311
 2312
 2313
 2314
 2315
 2316
 2317
 2318
 2319
 2320
 2321
 2322
 2323
 2324
 2325
 2326
 2327
 2328

James Lloyd Fox	George Selwyn	W. H. Hall	John Sturt	John Sturt
Richard Cross	Thos. H. Hall	James Hall	John Sturt	John Sturt
Alfred Robinson	Thos. H. Hall	James Hall	John Sturt	John Sturt

Mary Harrison
 L. 1800
 1800

Charles F. Rogers

Reprodução fotográfica do primeiro facsímile da Declaração de Independência. O facsímile foi preparado em 1823 por ordem de John Quincy Adams, Secretário de Estado, e serviu para todas as reproduções posteriores do documento. O original guarda-se numa urna especial, constantemente vigiada, na Biblioteca do Congresso.

A Declaração de Independência

“NA REUNIÃO DO CONGRESSO DE 4 DE JULHO DE
1776

“DECLARAÇÃO UNÂNIME DOS TREZE ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

“**Q**UANDO, no decorrer dos acontecimentos humanos, se torna imperioso que um povo rompa os laços políticos que o unem a outro, assumindo junto às potências do globo o lugar que lhe compete como nação independente ao lado de seus pares, e de acôrdo com as leis da natureza e as leis de Deus, impõe o devido respeito às opiniões da humanidade que êsse povo declare os motivos que levaram à separação.

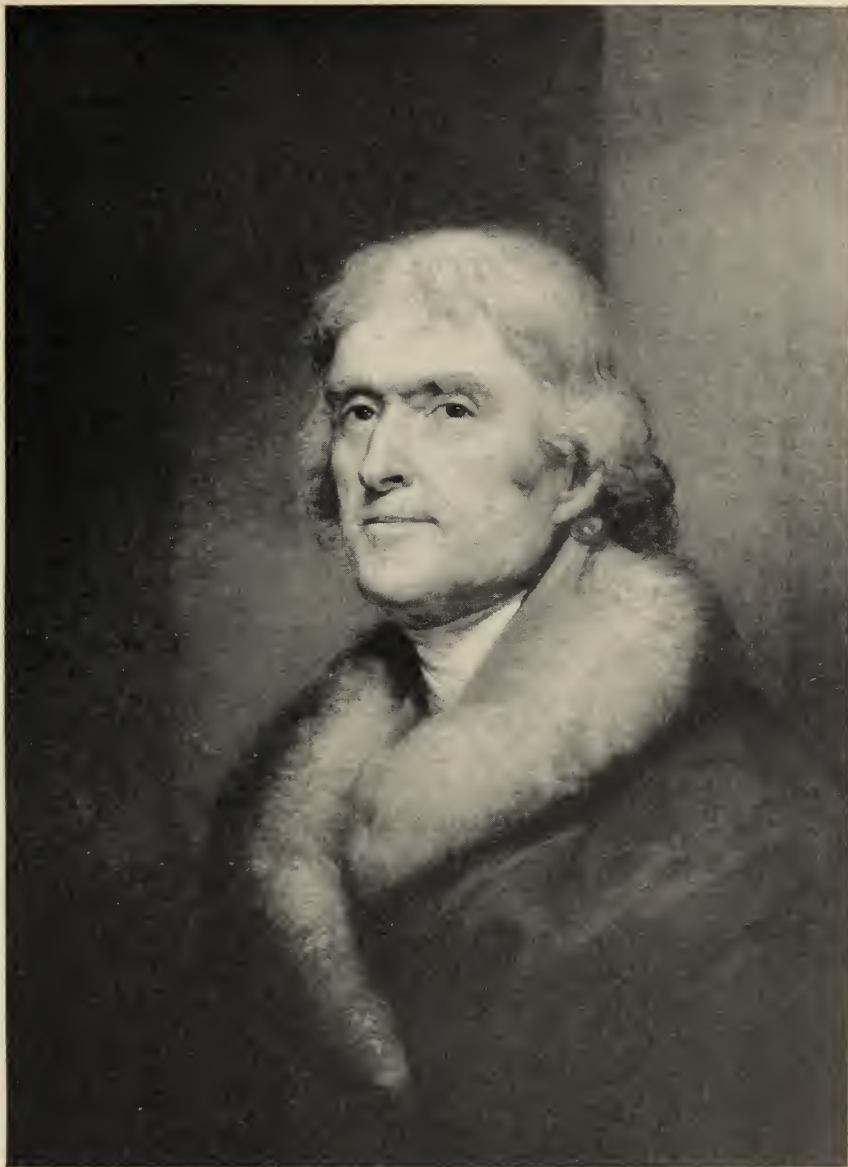
“Cremos axiomáticas as seguintes verdades; que todos os homens foram criados iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, de liberdade, e o de procurarem a própria felicidade; que, para assegurar êsses direitos se constituíram entre os homens governos cujos justos poderes emanam do consentimento dos governados; que sempre que qualquer forma de govêrno tenda a destruir êsses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou abolí-la, instituindo um novo govêrno cujos princípios básicos e organização de poderes obedeçam às normas que lhe parecerem mais próprias a promover a segurança e felicidade gerais. A prudência aconselha que governos, de longa data estabelecidos, não deverão ser mudados em razão de causas fúteis ou transitórias e toda a experiência do passado demonstra que a humanidade está mais disposta a sofrer males, enquanto se possam suportar que a corrigí-los com o abolir das formas a que se havia acostumado. Todavia, quando uma longa série de abusos e usurpações, todos invariavelmente dirigidos ao mesmo fim, estão a apontar o desígnio de submeter um povo a despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever pôr termo a tal govêrno, e prover novos

guardiães de sua segurança futura. Estas colônias sofreram com paciência; mas perante a necessidade que ora surge sentem-se constrangidas a mudar seu antigo sistema de govêrno. A história do atual Rei da Grã-Bretanha é uma sucessão de agravos e usurpações, visando todos o estabelecimento de uma tirania absoluta sôbre estes estados. Para prová-lo, submetamos os fatos ao julgamento dum mundo imparcial.”

Nesta altura os colonos expõem os seus agravos, cuja resenha se dá a seguir: usurpação ou descaso, por parte do Rei, dos direitos legislativos das colônias, inclusive a suspensão das corporações legislativas; obstrução da justiça, em razão do seu absoluto contrôle sôbre os tribunais, e da recusa da concessão do julgamento por meio de júri; a manutenção de um exército no seio da população, em tempo de paz, sem o consentimento dos habitantes; a sujeição do poder civil ao militar; o lançamento de impostos sem o consentimento dos colonos (“imposição de tributos sem representação é tirania” tornou-se o brado de guerra dos colonos); e flagrantes atos que ocasionaram a insurreição das colônias.

Segue-se então uma declaração relativa à atitude dos colonos para com “seus irmãos ingleses” que, à semelhança do Rei “se fizeram surdos à voz da justiça e consangüinidade.” A seguir a êste parágrafo vem a Declaração da Independência.

“Nós, portanto, Representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando ao Juiz Supremo do mundo testemunha da retidão de nossas intenções, publicamos e solenemente declaramos, em nome do digno povo destas colonias e por sua autoridade, que estas Colonias Unidas são, como de direito deveriam ser, *Estados Livres e Independentes*; que estão isentas de fidelidade para com a corôa Britânica; que se acham cindidos, como de razão, todos os laços políticos entre elas e o Estado da Grã-Bretanha; e que, como *Estados Livres e Independentes*, gozam do pleno direito de declarar guerra, assinar paz, contrair alianças, promover o comércio, e realizar todo e qualquer ato ou diligência, dentro da alçada legal de *Estados Independentes*. E para sustentar a presente declaração, com fé inabalável na proteção da Divina Providência, empenhamos nossas vidas, nossas fortunas, e nossa honra sagrada.”



Thomas Jefferson (1743-1826), terceiro Presidente dos Estados Unidos e autor da Declaração da Independência.



Cortesia de Joseph Boggs Beale, Galeria de Arte Moderna, Philadelphia, Pennsylvânia.

A BANDEIRA VERMELHA, BRANCA E AZUL

ESTE quadro recorda-nos a história da origem da bandeira dos Estados Unidos. Quando as Treze Colônias declararam a sua independência, tornou-se necessária uma bandeira que fôsse o emblema da sua união. O Congresso resolveu “que a bandeira dos Estados Unidos teria 13 tiras, vermelhas e brancas alternadas; que 13 estrelas brancas sôbre campo azul, semelhantes a uma constelação representariam a união . . .”

Segundo a tradição, o primeiro emblema da nova nação das Américas, foi cortado e cosido por Betsy Ross (1752–1836) estufadora de Filadélfia. Diz-se que Washington, Roberto Morris, outro patriota da Revolução, e o General George Ross, cunhado de Betsy se apresentaram na sua pequena loja e lhe pediram que lhes fizesse uma bandeira.

O desenho tem sofrido varias alterações, mas através dos anos tem-se conservado as treze tiras originais e o campo azul. À medida que mais um estado entrava para a União juntava-se uma nova estrela. Com a admissão de Arizona em 1912 o numero das estrelas subiu a 48, dispostas—como se encontram hoje—em seis filas horizontais de 8 estrelas cada uma. Assim, as estrelas mostram o numero de Estados da União, e as tiras indicam os 13 Estados originais que a formavam.

Breve História da Constituição

MUITOS são os marcos miliários que indicam o progresso do govêrno democrático através do mundo. Entre êles ocupa lugar de destaque a Constituição dos Estados Unidos. A sua longa história começa em Runnymede, naquele dia de 1215, em que os barões arrancaram ao Rei João a Magna Carta. Êsse histórico documento, que limita os poderes da monarquia e outorga certos direitos aos individuos, é considerado a pedra angular das liberdades inglesas e americanas.

A Declaração de Direitos, aceite 400 anos mais tarde por um soberano inglês, outorgou a todos os súbditos britânicos o direito de serem julgados em audiências de júri e o de se recusarem a pagar impostos lançados sem consentimento do Parlamento. Estabeleceu também o princípio de que nenhuma tropa podesse ser aboletada em casas particulares e que só podesse ser declarada a lei marcial em tempo de guerra. Tais eram os direitos que figuravam entre os princípios de govêrno que os colonos ingleses dos séculos XVII e XVIII trouxeram consigo do outro lado do Atlântico.

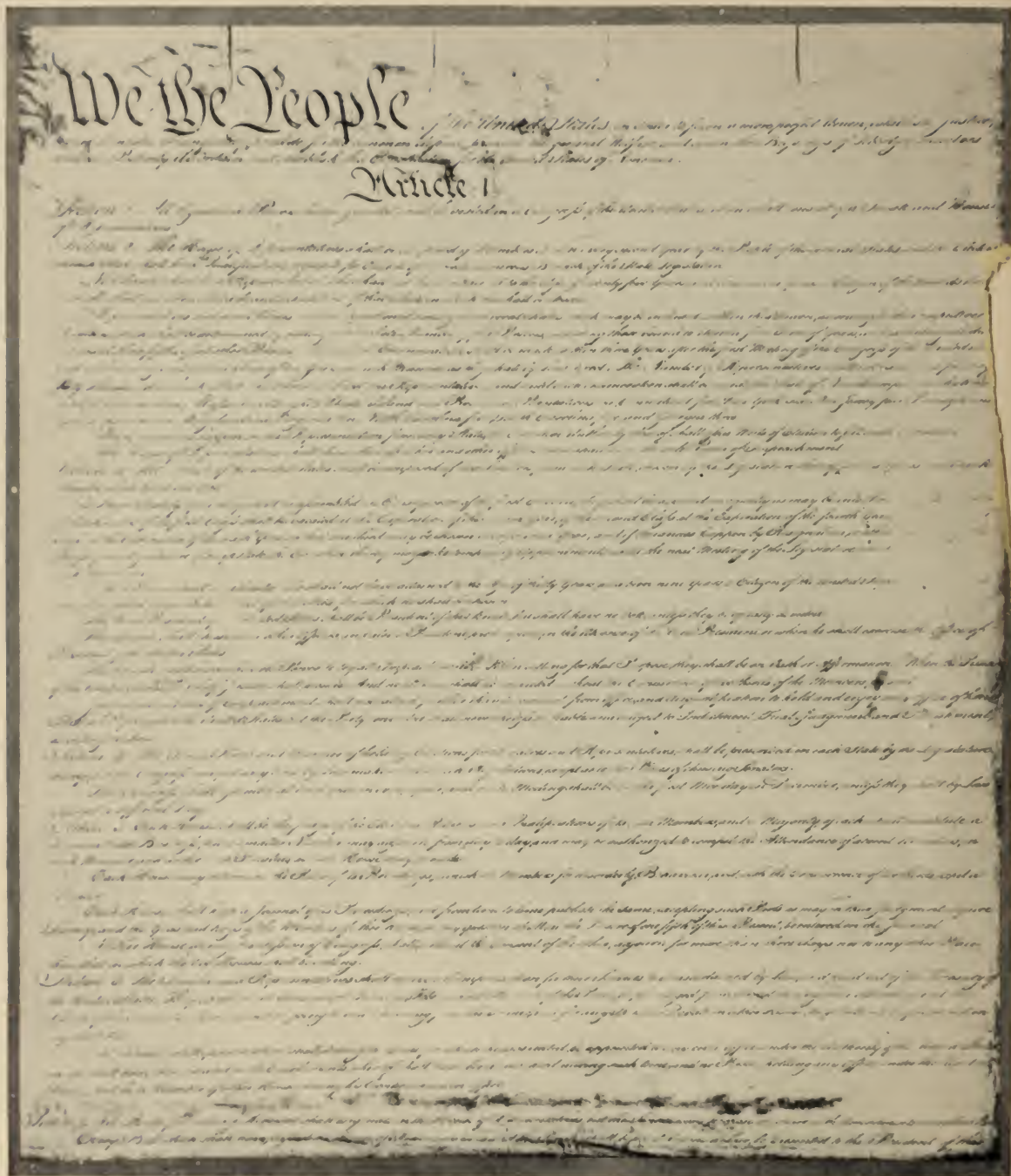
Em busca de liberdade

A luta dos colonos americanos pela democracia não passou ao princípio de um intensificado eco de vozes, claramente audíveis em Inglaterra; e, ao estabelecerem govêrno representativo, as colônias inglesas tiveram o apoio dos Liberais no Parlamento. A reivindicação do direito de resistir ao pagamento de impostos lançados sem o consentimento de homens livres, e do de resistir a outros agravos, mais tarde incorporados na Declaração de Independência, não passava, de fato, da reiteração dos princípios consignados na Magna Carta e na Declaração de Direitos.

Em busca de maior união

Antes de terminada a Revolução, já a maioria dos treze estados tinha redigido constituições próprias, em substituição dos instrumentos do govêrno colonial. Os Artigos de Confederação, documento mediante o qual ficavam constituídos os Estados Unidos e determinada a fórmula de govêrno para a União, foram submetidos para ratificação a 15 de novembro de 1777. Mas, no decorrer da década seguinte, viu-se que êsses artigos não eram suficientes para conservar juntos os Estados da União.

George Washington e outros patriotas, entre estes James Madison, o “Pai da Constituição,” insistiram na necessidade de se fazer uma revisão dos Artigos que desse em resultado uma “união mais perfeita.” Para realização dêsse desiderato, o Congresso da Confederação convocou todos os Estados.



Fotocópia da primeira página da Constituição dos Estados Unidos da América. O documento é o produto do esforço de muitos cérebros e o resultado dum estudo detalhado das formas de govêrno então conhecidas. Conserva-se o original no Biblioteca do Congresso, juntamente com a Declaração de Independência.

Redige-se a Constituição

Em maio de 1787, apresentaram-se os delegados em Filadélfia. A Constituição por eles elaborada, como fruto de 90 dias de deliberações, foi submetida ao Congresso para ser ratificada pelos Estados, o que foi feito. A 30 de abril de 1789, Washington, eleito primeiro Presidente por unanimidade de votos, jurou observar a Constituição, tomando posse de seu cargo. No mesmo mês, foi convocado o primeiro Congresso dos Estados Unidos.

O Governo, segundo a Constituição, compunha-se de três poderes principais: legislativo, executivo, e judicial. Competiria ao Congresso bicameral legislar: ao Presidente executar as leis; aos tribunais velar pelo cumprimento das leis e da Constituição. Cada Estado, independentemente de sua superfície ou população, teria direito a dois Senadores, baseando-se, todavia, no número da população a representação na Câmara dos Deputados. Definiu a Constituição os atributos dos três poderes do Governo Federal, estabelecendo um sistema de coordenação e equilíbrio não somente entre eles, como também entre o Governo Federal e os Estados. Providenciou-se igualmente sobre futuras emendas da Constituição.

Ao abrir o Congresso os seus trabalhos, em 1789, já o governo republicano tinha assumido feição própria e definida nos Estados Unidos. Homens destemidos e dispostos a morrer pela fé de seus princípios assentaram sólidamente no solo americano os alicerces daquela forma de governo. Erigiram a sua estrutura experimentados delegados a vários Congressos, sucedidos por estadistas de grande habilidade, que têm continuado a obra, expandindo e fortalecendo os moldes do governo constitucional, para corresponder às necessidades duma sociedade eminentemente dinâmica e progressiva.

Embora a Constituição estabelecesse um governo republicano, nem por isso fundava a democracia na América. Não figurava nela declaração de direitos; não se proviam medidas para a abolição da escravatura; não se determinava quem poderia eleger o governo. Essas lacunas preencheram-nas várias emendas de cunho democrático, mais tarde agregadas ao corpo da Constituição.



O Capitólio dos Estados Unidos.



O Supremo Tribunal de Justiça dos Estados Unidos.

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS

Vigilância sem tréguas—eis o preço da liberdade.

—CURRAN (1790)

CONSTITUEM as dez primeiras emendas à Constituição o que se chama a Declaração dos Direitos Individuais. Figuram nelas tôdas as liberdades constantes da Declaração dos Direitos inglesa, e mais outras que a Mãe Pátria mais tarde veiu a adotar. Foram promulgadas essas emendas graças à insistência dos homens que, tendo tomado parte na Guerra de Independência, tinham o direito de exigir que os princípios pelos quais haviam combatido fossem incorporados no código da nação. Os Estados só ratificaram a Constituição depois de se ter assegurado o povo de que a sua liberdade pessoal seria garantida por aquelas emendas.

A primeira emenda proíbe ao Congresso de promulgar qualquer lei que una a igreja ao Estado, que coíba a prática de qualquer religião, que cerceie a liberdade da palavra ou da imprensa, ou o direito que assiste ao povo de se congregar pacificamente e de exigir que se lhe faça justiça. Posteriormente, as côrtes têm tido ocasião de interpretar essa emenda do modo seguinte: o Govêrno Federal garante ao indivíduo o direito de abraçar qualquer culto conforme os ditames de sua consciência, e o direito de não professar religião alguma; o direito de ventilar as suas opiniões, quer verbalmente, quer pela imprensa, desde que se abstenha da calúnia, difamação, obscenidade, e projetos para derribar o govêrno pelo uso da fôrça; o direito de se reunir livremente; e, finalmente, o direito de solicitar o auxílio de qualquer ramo do govêrno, sempre que julgar que se infringem seus direitos.

Outras emendas que formam esta Carta da liberdade norteamericana versam sôbre os seguintes assuntos: permissão de tomar armas para a defesa comum; proteção da inviolabilidade do lar, proibindo-se, em tempo de paz, o alojamento forçado de soldados em qualquer domicílio sem licença do dono, e em tempo de guerra, só em casos prescritos pela lei; proibição de se expedirem mandados de busca, exceto em casos de alegações plausíveis, em que haja afirmação categórica ou juramento da parte interessada, e a descrição exata do lugar sujeito à busca e da pessoa ou cousas a serem apreendidas. Ainda outras emendas proíbem como ilegal privar-se da liberdade um indivíduo acusado de crime capital ou infamante, salvo no caso de um júri especial o indigitar; garantem ao indigitado o direito a um julgamento pronto e público, feito por júri imparcial; providenciam a constituição de júris para o julgamento de processos dentro da alçada do direito consuetudinário, em questões onde estejam em jôgo sômas superiores

a vinte dólares; proibem fiança exorbitante, multas excessivas, penas cruéis ou fora do comum, mais de um julgamento pelo mesmo crime, e a confiscação de propriedade sem processo legal prévio. Para afastar qualquer hipótese de usurpação do poder, a Nona Emenda dispõe que a enumeração de direitos constantes da Constituição não será interpretada de modo a negar ou menoscabar outros direitos de que goza o povo; e a Décima, que os poderes que a Constituição não atribuir ao Govêrno Federal, mas que não vede aos Estados, pertencerão respectivamente aos Estados ou ao povo.

Sintetizam em poucas palavras essas dez emendas os princípios de govêrno, por amor dos quais têm os povos livres generosamente derramado o seu sangue.

AS OUTRAS EMENDAS

A Décima Terceira Emenda

O PRESIDENTE LINCOLN decretou a Proclamação da Emancipação, concedendo a liberdade aos escravos negros, como medida de guerra durante o segundo ano da guerra civil de 1861-65. Pouco depois de terminar essa guerra foi ratificada a Décima Terceira Emenda, abolindo-se e proibindo-se para sempre a instituição de escravatura.

Emendas referentes ao sufrágio

Foi ratificada em 1868 a Décima Quarta Emenda, que conferia a cidadania aos negros. A Décima Quinta Emenda proibia que qualquer estado denegasse a qualquer cidadão o direito do voto, "por motivo de raça, côr, ou prévia condição de servidão." A ratificação das duas emendas supracitadas estabeleceu, portanto, o direito de voto dos homens, permanecendo, entretanto, privada de direitos civis a metade da população, até que em 1920 se ratificou a Décima Nona Emenda, concedendo o voto às mulheres.

Continuam, entretanto, os debates em tórno à questão do sufrágio, importando todos os acréscimos havidos num desdobrar do conceito do que seja democracia. A Constituição não especificara a quem assiste o direito de voto, cabendo aos estados legislar sôbre os requisitos individuais para o gôzo dêsse direito. Variavam aqueles de estado para estado, baseando-se em geral, porém, na posse de propriedade, que era por sua vez passível de interpretações várias.

Com o crescer das cidades, e o aumento de trabalhadores desprovidos de propriedade, nas indústrias dos estados do leste, fez-se ouvir por tôda

a nação o pedido do voto livre e irrestrito para todos os cidadãos. Concomitantemente entravam para a confederação novos estados cujas constituições eram mais liberais, por neles não existirem ainda grupos poderosos com fortes interesses. Esses fatos influíram em favor do voto universal nos setores mais antigos. Multiplicava-se assim o número de homens a quem era facultado o voto.

A agitação em torno ao voto feminino começou muito cedo, a partir dos próprios tempos coloniais, tornando-se mais veemente depois da Guerra Civil. Conseguiu-se a primeira vitória em 1869 quando foi concedido o voto às mulheres do novo Território mineiro de Wyoming. Os próceres do movimento dedicaram os maiores esforços a que se apagassem das constituições estaduais as cláusulas que limitavam o sufrágio aos homens. Em 1920, resultou uma bem organizada campanha na ratificação da Décima Nona Emenda, que declara que não serão negados ou cerceados os direitos de cidadania por motivo de sexo.

Passo a passo, pois, se vêm estendendo a grupos sempre maiores os privilégios, e as responsabilidades do direito de cidadania.

As emendas restantes tratam de mudanças que afetam relativamente pouco o funcionamento do governo. Mercê de circunstâncias algo peculiares, destacam-se duas destas: a Décima Oitava, incorporada em 1919, que proibia a manufatura, venda e transporte de bebidas alcoólicas, e a Vigésima Primeira, que quatorze anos mais tarde anulou aquela.



Estátua de Lincoln, no monumento à sua memória em Washington, obra de Daniel Chester French. A inscrição diz: "Neste templo, como no coração do povo para quem êle salvou a União, se venera para sempre a memória de Abraham Lincoln."

O Discurso de Gettysburg

AS poucas mas imortais palavras do Discurso de Gettysburg foram proferidas a 19 de novembro de 1863 por Abraham Lincoln em Gettysburg, no estado de Pennsylvania. Fazia êsse discurso parte das cerimônias da inauguração de um cemitério militar, destinado a comemorar uma batalha notável durante a Guerra Civil, havida entre o norte e o sul, de 1861 a 1865. Aí, por três dias, pelejaram as forças da União contra o exército invasor da Confederação, levando-o finalmente de vencida nesse encontro que havia de figurar mais tarde como um dos momentos decisivos da campanha. Essa vitória salvou a União, prosseguindo a República como uma Nação unida de tão alto significado para o Hemisfério Ocidental como para o mundo inteiro.

Contrariamente ao que Lincoln predissera, o mundo prestou atenção às palavras por êle pronunciadas naquele dia em Gettysburg, e não as esqueceu. Nas tradições americanas ocupa lugar de destaque essa Oração. Todos a conhecem; muitos a sabem de cor. Nos bancos escolares, ninguém se furta à influência exercida por seus ideais e por sua beleza. Como exemplo de excelência literária, e concretização da filosofia democrática dos Estados Unidos, coloca-se a par da Declaração de Independência.

As suas expressões repassadas de eloquência e fundo sentimento, pintando a luta que dilacerara o país, e dizendo do preço que custara a vitória na Guerra Civil, se acham ora inscritas nas paredes do Monumento de Lincoln, em Washington, santuário nacional que milhares de americanos visitam anualmente.



Abraham Lincoln nasceu em 12 de fevereiro de 1809 de pais pioneiros, em uma cabana de Kentucky. Forte de corpo e nobre de espírito, fez-se advogado por seu próprio esforço; pela sua conduta exemplar ganha o título de “honrado Abraham.” Entra na luta política e é eleito para o Parlamento de Illinois e depois para a Câmara dos Representantes nacionais. Em 1860 as forças elevam-no à presidência em momentos de graves preságios. Durante os 4 longos anos da guerra civil a sua figura eleva-se sôbre um mundo de rancores, para salvar finalmente a unidade do povo. Na noite de 14 de abril de 1865 um ator meio louco atentou contra a sua vida em pleno triunfo. Castelar disse de Lincoln que morreu como Sócrates, como Cristo, ao pé da sua obra imortal, sôbre a qual verterá a humanidade lágrimas eternas, e Deus eternas bênçãos.

Second Draft

Four score and seven years ago our fathers
brought forth, upon this continent, a new nation, con-
secrated in Liberty, and dedication to the proposition
that all men are created equal.

Now we are engaged in a great civil war, testi-
fying whether that nation, or any nation, so conceived,
and so dedicated, can long endure. We are met
here on a great battle-field of that war. ^{We have}
~~now~~ ^{come} to dedicate a portion of it as ^a ~~the~~ final rest-
ing place ^{for} of those who here gave their lives that
that nation might live. It is altogether fitting
and proper that we should do this.

But in a larger sense we can not dedicate—
we can not consecrate—we can not hallow this
ground. The brave men, living and dead, who cling
gladly here, have consecrated it far above our ^{poor} power
to add or detract. The world will little note,
nor long remember, what we say here, but
can never forget what they did here. It is

Reprodução fotográfica dum trecho do segundo esboço do famoso Discurso de Gettysburg de Abraham Lincoln.

O Discurso de Gettysburg

HÁ oitenta e sete anos, edificavam nossos pais uma nova nação neste continente, concebida no espírito de liberdade, e consagrada ao conceito de que todos os homens são criados iguais.

Assoberba-nos agora uma grande guerra civil, que decidirá se esta nação, ou qualquer outra, semelhantemente concebida e consagrada, pode subsistir. Estamos congregados num dos campos de batalha dessa guerra, para consagrar parte dêsse campo ao repouso eterno dos que deram suas vidas afim-de que a pátria pudesse sobreviver. Nada mais justo, nada mais próprio do que o ato que estamos celebrando.

Num sentido lato, todavia, não podemos dedicar, não podemos consagrar, não podemos santificar êste solo, porque os bravos, tanto os vivos como os mortos, que aquí se bateram, o consagraram de modo infinitamente mais alto. Não é dado, pois, a nossas apoucadas fôrças crescer ou diminuir o que êles fizeram. Pouco refletirá o mundo sôbre as palavras que hoje aquí dissermos, e cedo as esquecerá; mas não esquecerá nunca o que êles aquí fizeram. Importa, antes, que hoje aquí nos dediquemos nós, os vivos, a completar a obra ainda não terminada, que tão nobremente levaram avante êsses que aquí se bateram. Importa, antes, inspirando-nos no fervor que alimentou êsses mortos, que nos dediquemos à grande causa que lhes mereceu o sacrifício supremo; que tomemos a alta resolução de não permitir que os nossos mortos tenham morrido em vão; que façamos com que esta nação, pela graça de Deus, goze de um renascer de liberdade; e que o govêrno do povo, pelo povo, e para o povo, jamais desapareça da face da terra.

THE STAR SPANGLED BANNER

A PATRIOTIC SONG.

Baltimore. Printed and Sold at CARRS Music Store 36 Baltimore Street. (1814)

All. Anac. son in Heaven.

Carr & B. Co.

O! say can you see by the dawn's early light What so

preciously we hail'd at the twilight's last gleaming Whose broad stripes & bright stars thro' the

perilous fight, O'er the ramparts we watch'd were so gallantly streaming. And the

f Bullets red glare the Bombs bursting in air *f* Gave proof through the night that our

(Adap.^d & Arr.^d by T.C.)

(1814)

Reprodução fotográfica da primeira edição da música do Hino Nacional dos Estados Unidos, quando era apenas "uma canção patriótica." Publicou-a a casa Carrs em Baltimore, pouco depois de ter sido escrita a letra em 14 de setembro de 1814.

2^d time Chorus.

Flag was still there, O! say does that star spangled Banner yet wave, Over the
Land of the free, and the home of the brave.

L. H.

On the shore dimly seen through the mists of the deep (9)
Where the foe's haughty host in dread silence reposes, That the voice of war and the battle's confusion,
What is that which the breeze, o'er the towering steep, A home and a country, shall leave us no more,
As it fitfully blows, half conceals, half discloses, Their blood has wash'd out their foul footsteps' gore,
Now it catches the gleam of the morning's first beam, No refuge could save the hireling and slave,
In full glory reflected new shines in the stream, From the terror of flight or the gloom of the grave,
'Tis the star-spangled banner, O, long may it wave, And the star-spangled banner in triumph doth
O'er the land of the free, and the home of the brave. O'er the Land &c.

(4)
O! thus be it ever when freemen shall stand
Between their lov'd home and the war's desolation
Blest with vict'ry and peace may the heav'n rescued Land
Praise the Pow'r that hath made and preserved us a nation,
Then conquer we must, when our cause it is just
And this be our motto—In God is our Trust—
And the star-spangled banner in triumph shall wave
O'er the Land &c.

For the Flute.

Con Spiritu

Song.

(Adapted & Arranged by T. C.)

O Hino Nacional

O HINO “The Star Spangled Banner” (a “Bandeira Estrelada”) foi reconhecido como Hino Nacional dos Estados Unidos em 1931. A letra foi escrita em 14 de setembro de 1814 por um jovem advogado, Francis Scott Key, durante a campanha conhecida como a Guerra de 1812. Vindo da vizinha cidade de Washington, para tratar da libertação de um amigo seu, capturado pelos ingleses, achava-se nesse momento a bordo de um navio de troca de prisioneiros. Após uma noite de bombardeio das fortificações do porto de Baltimore, ao raiar da madrugada descobriu o jovem a bandeira americana ainda arvorada. E, impressionado pelo espetáculo, compôs as palavras do hino, que passaram a ser cantadas com a música de uma canção inglesa muito popular nessa época, “To Anacreon in Heaven.”

Na primeira estrofe saúda-se a bandeira que paira, invicta, sobre as fortificações:

Oh, diz, podes ver ao raiar da alvorada
o que tão orgulhosos saudamos à tarde?
As listas e estrêlas que em meio da luta
ondeavam galhardas por sobre as muralhas?
A luz dos disparos e o troar das granadas
diziam que à noite o pendão alí estava.
Diz se ainda tremula a bandeira estrelada
sobre a terra dos livres e o lar dos valentes!

Na segunda “stanza” narra-se como, enquanto o inimigo repousa em silêncio, se avista por entre a densa névoa qualquer cousa que a brisa agita e ora se mostra ora se esconde. Mas, aos primeiros raios do sol, distingue-se bem ser a bandeira estrelada, que se reflete em toda a sua glória sobre as águas da baía.

E a terceira estrofe que termina o hino é uma invocação a Deus, à Liberdade e ao Lar:

Assim seja sempre, se os livres se afirmam
entre o lar seu querido e os horrores da guerra!
Possa a terra, sagrada com paz e vitória,
louvar o Poder que nos deu a Nação.
Ganhar nós devemos, que é justa esta causa,
e seja nosso lema: “Confiamos em Deus.”
E a bandeira estrelada, triunfante flutue
sobre a terra dos livres e o lar dos valentes!

*Constituição dos
Estados Unidos da América*

Constituição dos Estados Unidos da América

Nós, o povo dos Estados Unidos, a-fim-de formar uma união mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover à defesa comum, promover o bem-estar geral, e garantir para nós e para os nossos descendentes os benefícios da liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.

ARTIGO I

SEÇÃO 1. Todos os poderes legislativos conferidos por esta Constituição serão confiados a um Congresso dos Estados Unidos, composto de um Senado e uma Câmara de Deputados.

SEÇÃO 2. A Câmara dos Deputados será composta de membros escolhidos bienalmente pelo povo dos diversos estados, devendo os eleitores de cada estado possuir as mesmas qualificações que as exigidas dos eleitores da assembléia legislativa mais numerosa do respectivo estado.

Não será eleito deputado quem não tiver atingido a idade de vinte e cinco anos, não tiver sido por sete anos cidadão dos Estados Unidos, e não fôr, na ocasião da eleição, habitante do estado que pretende elegê-lo.

Os deputados, assim como os impostos diretos, serão fixados, para os diversos estados que fizerem parte da União, segundo o número de seus habitantes, assim determinado: ao número total de pessoas livres, incluídas as pessoas em servidão por tempo determinado, e excluídos os índios não taxados, somar-se-ão três quintos da população restante. O recenseamento será feito dentro de três anos depois da primeira assembléia do Congresso dos Estados Unidos, e, em seguida, decenalmente, de acôrdo com as leis que se adotarem. O número de

deputados não excederá um por 30.000 pessoas, mas cada estado terá no mínimo um deputado. Enquanto não se fizer o recenseamento, o Estado de New Hampshire terá o direito de eleger três deputados, Massachusetts oito, Rhode Island e Providence Plantations um, Connecticut cinco, New York seis, New Jersey quatro, Pennsylvania oito, Delaware um, Maryland seis, Virginia dez, North Carolina cinco, South Carolina cinco, e Georgia três.

Quando ocorrerem vagas na representação de qualquer estado, o poder executivo dêse estado fará publicar editais de eleição para o seu preenchimento.

A Câmara dos Deputados elegerá seu presidente e fará as outras nomeações de cargo; só ela poderá exercer o poder de acusar qualquer de seus membros por responsabilidade oficial.

SEÇÃO 3. O Senado dos Estados Unidos será composto de dois senadores de cada estado, eleitos por seis anos pela respectiva Legislatura estadual, cada senador tendo direito a um voto.

Logo após a primeira eleição, reunir-se-ão os senadores em assembléia, dividindo-se então em três grupos, compostos de número igual, ou aproximadamente igual de membros. Decorridos dois anos, vagarão as cadeiras dos senadores do primeiro grupo; as do segundo grupo findos quatro anos, e as do terceiro terminados seis anos, de modo a se fazer bialmente a eleição de um têrço do Senado. Se ocorrerem vagas, quer por renúncia, quer por qualquer outra causa, durante as férias da Legislatura do estado afetado, o Poder Executivo dêse estado poderá fazer nomeações provisórias até a reunião seguinte da Legislatura do estado, que então preencherá as vagas.

Não será eleito senador quem não tiver atingido a idade de trinta anos, não tiver sido por nove anos cidadão dos Estados Unidos, e não fôr, na ocasião da eleição, habitante do estado que pretende elegê-lo.

O vice-presidente dos Estados Unidos presidirá o Senado, mas não poderá votar senão em caso de empate.

O Senado escolherá seus demais funcionários e também designará um de seus membros para exercer interinamente a presidência do Senado nos impedimentos do vice-presidente ou quando êste estiver no exercício da presidencia dos Estados Unidos.

Só o Senado poderá julgar nos casos de responsabilidade oficial. Ao reunirem-se para êsse fim, estarão os seus membros sob juramento ou afirmação supletória. Em se tratando do julgamento do Presidente dos Estados Unidos, presidirá o presidente do Supremo Tribunal. Ninguém poderá ser condenado senão pelo voto de dois terços dos membros presentes.

A sentença nos casos de responsabilidade oficial não poderá ir além de demissão do cargo, e desqualificação para exercer qualquer cargo de honra ou confiança, ou que seja remunerado, no Govêrno dos Estados Unidos. O culpado, entretanto, estará ainda sujeito a ser processado, julgado, condenado, e punido de acôrdo com a lei.

SEÇÃO 4. A legislatura de cada estado marcará a época, o lugar, e o modo de se elegerem seus senadores e deputados; o Congresso, porém, poderá em qualquer tempo modificar êsses regulamentos ou fazer outros, salvo no que diz respeito ao lugar da eleição dos senadores.

O Congresso se reunirá pelo menos uma vez por ano, devendo a inauguração realizar-se na primeira segunda-feira de dezembro, salvo se êste determinar por lei outro dia.

SEÇÃO 5. Cada uma das câmaras arbitrará nas eleições, contagem de votos, e qualificação de seus respectivos membros; em cada uma delas, a maioria constituirá o quorum necessário para os trabalhos; um número inferior, porém, poderá prorrogar a sessão de dia para dia, e poderá ser autorizado a obrigar os membros ausentes a comparecerem, mediante as penalidades e de acôrdo com o que cada uma das câmaras estabelecer.

Cada uma das câmaras organizará seu regimento interno; poderá punir seus membros por conduta irregular, e, com o voto de dois terços, expulsá-los.

Cada uma das câmaras lavrará atas de seus trabalhos e as publicará periòdicamente, exceto nas partes que julgar con-

veniente conservar secretas. Os votos pró e contra dos membros de qualquer das câmaras, a pedido de um quinto dos membros presentes, serão consignados na ata.

Durante as sessões do Congresso, nenhuma das câmaras poderá, sem o consentimento da outra, suspender os trabalhos por mais de três dias, ou realizá-los em local diferente daquele em que funcionam ambas as câmaras.

SEÇÃO 6. Os senadores e os deputados receberão, por seus serviços, remuneração fixa por lei e paga pelo Tesouro dos Estados Unidos. Gozarão, em todos os casos, de imunidade de prisão, salvo por traição, delito, ou perturbação da ordem pública, enquanto assistirem às sessões de suas respectivas câmaras, e enquanto a elas se dirigirem ou delas voltarem. Fora do recinto das câmaras, não terão obrigação de responder a interpelações acêrca de seus discursos ou debates.

Nenhum senador ou deputado poderá, durante o exercício para o qual fôr eleito, ser nomeado para um emprêgo civil subordinado ao Govêrno dos Estados Unidos, uma vez que êsse emprêgo tenha sido criado ou a remuneração aumentada durante êsse exercício; outrossim, nenhuma pessoa, ocupando um emprêgo subordinado ao Govêrno dos Estados Unidos, poderá ser membro de qualquer das câmaras enquanto permanecer nesse emprêgo.

SEÇÃO 7. Todo projeto de lei, autorizando a lançar impostos, deve emanar da Câmara dos Deputados; o Senado, porém, poderá propor e votar modificações como nos outros projetos de lei.

Todo projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado deverá, antes de se tornar lei, ser apresentado ao presidente dos Estados Unidos. Se êste o aprovar, assina-lo-á; se não, o devolverá, acompanhado de suas objeções, à câmara em que teve origem; esta então fará constar de suas atas as objeções do presidente, e submeterá o projeto a nova discussão. Se, após esta segunda discussão, o projeto for aprovado por uma maioria de dois terços dos membros dessa Câmara, será enviado com as objeções à outra câmara, a qual também o discutirá novamente. Se obtiver dois terços dos votos dessa câmara será

considerado lei. Em ambas as câmaras, os votos serão dados pró ou contra, consignando-se nas atas das respectivas câmaras os nomes dos membros que votaram a favor e os dos que votaram contra o projeto de lei. Todo projeto que não fôr devolvido pelo presidente dentro de dez dias a contar da data de sua apresentação (excetuando-se os domingos) será considerado lei tal como se êle o tivesse assinado, a menos que o Congresso, suspendendo os trabalhos, torne impossível a devolução do projeto, caso êsse em que não passará a ser lei.

Tôda ordem, resolução, ou voto, para o qual fôr preciso a anuência do Senado e da Câmara dos Deputados (salvo questões de adiamento), será apresentado ao presidente dos Estados Unidos, e não terá efeito enquanto não fôr por êle aprovado. Se, porém, êle o desaprovar, serão precisos os votos de dois terços tanto do Senado como da Câmara dos Deputados para entrar em vigor, conforme as regras e limitações previstas para os projetos de lei.

SEÇÃO 8. Compete ao Congresso lançar e arrecadar impostos, direitos de alfândega, e cisas; pagar as dívidas, prover à defesa comum e ao bem geral dos Estados Unidos. Todos os impostos, direitos, e cisas, porém, devem ser uniformes por tôda a extensão dos Estados Unidos;

Levantar empréstimos sôbre o crédito dos Estados Unidos;

Regular o comércio com as nações estrangeiras, entre os diversos estados, e com as tribus indígenas;

Estabelecer regras uniformes de naturalização, e leis uniformes de falência para todo o país;

Cunhar moeda e regular o seu valor bem como o das moedas estrangeiras, e estabelecer o padrão de pesos e medidas;

Estatuir penas para os falsificadores dos títulos públicos e da moeda corrente dos Estados Unidos;

Estabelecer agências postais e estradas para o serviço postal;

Promover o progresso da ciência e das artes úteis, garantindo, por tempo limitado, aos autores e inventores direitos exclusivos aos seus escritos ou descobertas;

Estabelecer tribunais inferiores ao Supremo Tribunal;

Definir e punir atos de pirataria e delitos cometidos em alto mar, e as infrações do direito das gentes;

Declarar guerra, expedir cartas de corso, e estabelecer regras para apresamentos em terra e no mar;

Organizar e manter exércitos, vedando-se-lhe, porém, a votação da verba para êste fim por período de mais de dois anos;

Organizar e manter uma marinha de guerra;

Fazer os regulamentos para a organização e administração das forças de terra e mar;

Mobilizar a guarda nacional para garantir o cumprimento das leis da União, reprimir insurreições, e repelir invasões;

Providenciar para a organização, armamento, e disciplina da guarda nacional, bem como para a administração de parte dessa guarda que fôr empregada no serviço dos Estados Unidos, aos estados competindo a nomeação dos oficiais e a obrigação de instruir a milícia de acôrdo com a disciplina estabelecida pelo Congresso;

Exercer, com caráter de exclusividade, o poder legislativo sobre um distrito (que não exceda dez milhas de lado) que, cedido por determinados estados e aceito pelo Congresso, se torne a sede do govêrno dos Estados Unidos; e exercer o mesmo poder em todos os lugares adquiridos, com o consentimento da Legislatura do estado em que estiverem situados êsses lugares, para a construção de fortificações, armazéns, arsenais, estaleiros e outros edifícios necessários; e

Elaborar tôdas as leis necessárias e apropriadas ao exercício dos poderes acima especificados e dos demais que a presente Constituição confere ao Govêrno dos Estados Unidos, ou às suas secretarias e funcionários.

SEÇÃO 9. A imigração ou importação de indivíduos, que qualquer dos estados ora existentes julgar conveniente sancionar, não será proibida pelo Congresso antes de 1808; mas sôbre ela poder-se-á lançar um imposto ou direito não superior a dez dólares por pessoa.

Não poderá ser suspenso o privilégio de habeas-corpus, exceto quando, em caso de rebelião ou de invasão, o exigir a segurança pública.

A pena de infâmia não passará da pessoa do delinquente, e não se passarão leis de efeito retroativo.

Não poderá ser lançada capitação ou outra qualquer forma de imposto direto a não ser na proporção do recenseamento da população, feito segundo as regras atrás estabelecidas.

Não serão lançadas taxas ou direitos sôbre as mercadorias exportadas por qualquer estado.

Não se concederá preferência, por regulamento comercial ou fiscal, aos portos de um estado sôbre os de outro; nem poderá um navio, partido de um dos estados, ou destinado a um dêles, ser obrigado a aportar em outro estado, partir dêle, ou pagar-lhe direitos.

Dinheiro algum poderá ser retirado do Tesouro senão em virtude de votação de verba determinada por lei. Será publicado periòdicamente um balanço regular das receitas e despesas públicas.

Nenhum título de nobreza será conferido pelos Estados Unidos, e nenhuma pessoa, exercendo um emprêgo remunerado ou de confiança, subordinado ao Govêrno dos Estados Unidos, poderá, sem licença do Congresso, aceitar dádivas, emolumentos, emprêgo, ou títulos de qualquer espécie, oferecidos por rei, príncipe, ou estado estrangeiro.

SEÇÃO 10. Nenhum estado poderá concluir tratados; entrar em aliança ou confederação; conceder cartas de corso; cunhar moeda; emitir títulos de crédito; autorizar, para pagamento de dívidas, o uso de qualquer cousa que não seja ouro e prata; instituir pena de infâmia; passar leis retroativas, ou que enfraqueçam as obrigações impostas pelos contratos; ou conferir títulos de nobreza.

Nenhum estado poderá, sem o consentimento do Congresso, lançar impostos ou direitos sôbre a importação ou exportação salvo os absolutamente necessários à execução de suas leis de

inspeção; sendo que o produto líquido de tôdos os direitos ou impostos lançados por um estado sôbre a importação ou exportação pertencerá ao Tesouro dos Estados Unidos, e que qualquer lei a êles referente estará sujeita à revisão e contrôle do Congresso.

Nenhum estado poderá, sem o consentimento do Congresso, lançar direitos de tonelagem, manter em tempo de paz exércitos ou navios de guerra, concluir tratados ou alianças, quer com outro estado, quer com potências estrangeiras, ou mover guerra, a menos que seja invadido ou esteja em perigo tão iminente que não admita demora.

ARTIGO II

SEÇÃO 1. O poder executivo será entregue ao Presidente dos Estados Unidos da América. Seu exercício será de quatro anos, e sua eleição, como a do vice-presidente, eleito para o mesmo exercício, será efetuada da seguinte maneira:

Cada estado nomeará, de acôrdo com as regras estabelecidas por sua Legislatura, um número de eleitores igual ao número total de senadores e deputados a que tem direito no Congresso; todavia, nenhum senador, deputado, ou pessoa que ocupe um cargo remunerado ou de confiança, subordinado ao Govêrno dos Estados Unidos, poderá ser nomeado eleitor.

Os eleitores se reunirão em seus respectivos estados e votarão por escrutínio em duas pessoas, uma das quais, pelo menos, não será habitante do mesmo estado que êles. Farão a lista de tôdas as pessoas que tenham obtido votos e do número dos votos obtidos por cada qual, e a enviarão já firmada, autenticada e selada à sede do Govêrno dos Estados Unidos, dirigida ao presidente do Senado. Êste, na presença do Senado e da Câmara dos Deputados, procederá à abertura das listas e à contagem dos votos. Será eleito Presidente aquele que tiver obtido o maior número de votos, se êsse número representar a maioria do total dos eleitores nomeados. No caso de mais de um candidato haver obtido essa maioria

assim como número igual de votos, a Câmara dos Deputados elegerá imediatamente um dêles, por escrutínio, para presidente; mas se ninguém houver obtido maioria, a mesma câmara elegerá, de igual modo, o presidente dentre os cinco que houverem reunido maior número de votos. Nessa eleição do presidente, porém, os votos serão tomados por estados, cabendo um voto à representação de cada estado. Para se estabelecer o quorum necessário, deverão estar presentes um ou mais membros de dois terços dos estados, exigindo-se, para a votação, a maioria de todos os estados. Em qualquer caso, depois de eleito o presidente, o candidato que houver reunido o maior número de votos será vice-presidente. Mas, se dois ou mais houverem obtido o mesmo número de votos, o Senado escolherá dentre êles, por escrutínio, o vice-presidente.

O Congresso pode fixar a época de nomeação dos eleitores e o dia em que deverão votar; êsse dia deverá ser o mesmo para todos os Estados Unidos.

Não poderá ser eleito presidente quem não fôr cidadão nato, ou quem, ao tempo da adoção desta Constituição, não seja cidadão dos Estados Unidos. Não poderá, igualmente, ser eleito para êsse cargo quem não tiver trinta e cinco anos de idade e quatorze anos de residência nos Estados Unidos.

No caso de exoneração, morte, ou renúncia do presidente, ou de incapacidade para exercer, por qualquer causa, os poderes e deveres de seu cargo, estes passarão ao vice-presidente. Em caso de exoneração, morte, renúncia, ou incapacidade do presidente e, simultâneamente, do vice-presidente, o Congresso pode designar por lei o membro que deverá exercer o cargo de presidente, até que cesse essa incapacidade ou seja eleito outro presidente.

Em épocas determinadas, o presidente receberá por seus serviços uma remuneração que não poderá ser aumentada nem diminuída durante o exercício para o qual fôr eleito, e não deverá receber, durante êsse período, nenhum emolumento dos Estados Unidos ou de qualquer dos estados.

Antes de tomar posse de seu cargo fará o juramento ou afirmação seguinte: “Juro (ou afirmo) solenemente que me desempenharei fielmente do cargo de Presidente dos Estados Unidos, e que empregarei todos os meus esforços por preservar, proteger, e defender a Constituição dos Estados Unidos.”

SEÇÃO 2. O Presidente será o chefe supremo do Exército e da Marinha dos Estados Unidos, e também da milícia dos diversos estados, quando estas forças estiverem no serviço ativo dos Estados Unidos. Poderá pedir a opinião, por escrito, do chefe de cada uma das secretarias do Executivo sôbre quaisquer assuntos tocantes a suas respectivas incumbências. Terá o direito de indulto e de conceder graça por delitos contra os Estados Unidos, exceto no caso de responsabilidade oficial.

Poderá, mediante parecer e consentimento do Senado, concluir tratados, contanto-que para isso tenha o apôio de dois terços dos senadores presentes. Nomeará, mediante o parecer e consentimento do Senado, os embaixadores e outros ministros públicos, cônsules, juízes do Supremo Tribunal, e todos os funcionários dos Estados Unidos, cujos cargos, criados por lei, não têm nomeação prevista nesta Constituição. O Congresso, porém, poderá, por lei, delegar no presidente, nos tribunais de justiça, ou nos chefes das secretarias a nomeação dos funcionários subalternos, conforme julgar conveniente.

O presidente poderá preencher tôdas as vagas que ocorrerem durante as férias do Senado, fazendo nomeações que expirarão no fim da sessão seguinte do Senado.

SEÇÃO 3. O presidente deverá prestar ao Congresso, de tempos a tempos, informações sôbre o estado da União, fazendo ao mesmo tempo as recomendações que julgar necessárias e convenientes. Poderá, em casos extraordinários, convocar ambas as câmaras, ou uma delas, e, havendo entre elas divergência sôbre a época da suspensão dos trabalhos, poderá suspender as sessões até a data que julgar conveniente. Receberá os embaixadores e outros ministros públicos; zelará pelo fiel cumprimento das leis, e conferirá as patentes aos oficiais dos Estados Unidos.

SEÇÃO 4. O Presidente, o Vice-Presidente, e todos os funcionários civis dos Estados Unidos serão demitidos de suas funções se, após acusação, forem declarados culpados de traição, suborno, ou outros delitos ou crimes graves.

ARTIGO III

SEÇÃO 1. O poder judiciário dos Estados Unidos ficará a cargo do Supremo Tribunal, e dos tribunais inferiores que forem oportunamente estabelecidos por determinação do Congresso. Os juizes, tanto do Supremo Tribunal como dos tribunais inferiores, conservarão seus cargos enquanto a sua conduta for irrepreensível, e perceberão por seus serviços uma remuneração que não poderá ser diminuída durante o seu exercício.

SEÇÃO 2. A alçada do poder judicial se estenderá a todos os casos pertinentes à lei e à equidade que surgirem em virtude da presente Constituição, das leis dos Estados Unidos, e dos tratados concluídos ou que se concluirem sob sua autoridade; a todos os casos que afetem os embaixadores, outros ministros públicos e cônsules; a tôdas as questões do almirantado e de jurisdição marítima; às controvérsias em que estejam envolvidos os Estados Unidos; às controvérsias entre dois ou mais estados, entre um estado e cidadãos de outro estado, entre cidadãos de diferentes estados, entre cidadãos do mesmo estado reivindicando terras em virtude de concessões feitas por outros estados, enfim, entre um estado, ou os cidadãos dêsse estado, e potências, cidadãos, ou súditos estrangeiros.

Em tôdas as questões relativas a embaixadores, outros ministros públicos, e cônsules, e naquelas em que se achar envolvido um estado, o Supremo Tribunal exercerá jurisdição privativa. Nos demais casos supracitados, o Supremo Tribunal terá jurisdição de apelação, pronunciando-se tanto sobre os fatos como sobre o direito, observando as exceções e regulamentos que o Congresso estabelecer.

O julgamento de todos os crimes, exceto nos casos de responsabilidade oficial, será feito por juri, tendo lugar o

julgamento no mesmo estado em que houverem ocorrido os crimes; se, porém, não houverem ocorrido em nenhum dos estados, o julgamento terá lugar na localidade que o Congresso designar por lei.

SEÇÃO 3. Unicamente se considerará traição contra os Estados Unidos o tomar armas contra êles, ou o coligar-se com seus inimigos, prestando-lhes auxílio e apôio. Ninguém será condenado por traição senão mediante o depoimento de duas testemunhas sôbre o mesmo ato, ou mediante confissão do indigitado em sessão pública do tribunal.

Caberá ao Congresso o poder de pronunciar a pena por crime de traição, mas condenação alguma poderá infamar os descendentes do condenado, nem acarretar a confiscação dos bens dêste exceto durante a sua vida.

ARTIGO IV

SEÇÃO 1. Em cada um dos estados se dará inteira fé e crédito aos atos públicos, registros, e processos judiciários de todos os outros estados, e o Congresso poderá, por leis gerais, prescrever a maneira pela qual êsses atos, registros, e processos devam ser provados, e os efeitos que possam produzir.

SEÇÃO 2. Os cidadãos de cada um dos estados terão direito, nos demais estados, a todos os privilégios e imunidades de que gozam os cidadãos dêsses estados.

Todo indivíduo que, acusado em qualquer estado, de traição, crime, ou outro delito, se evadir à justiça e fôr encontrado em outro estado, será, a pedido da autoridade executiva do estado de onde tiver fugido, prêso e entregue ao estado que tenha jurisdição sôbre o crime em questão.

Se um indivíduo, obrigado pelas leis de um estado a prestar alí serviço ou trabalho, dêle se evadir para outro estado não poderá valer-se das leis ou regulamentos dêsse outro estado para eximir-se da sua obrigação, mas será entregue, mediante requisição, à pessoa que tem direito ao serviço.

SEÇÃO 3. O Congresso pode admitir novos estados à União, mas não se poderá formar ou criar um novo estado dentro da jurisdição de algum estado; nem se poderá formar um novo estado pela união de dois ou mais estados, ou de partes de estados, sem o consentimento das legislaturas dos estados interessados assim como o do Congresso.

O Congresso poderá dispor do território e de outras propriedades pertencentes ao Governo dos Estados Unidos, e sobre êles passar leis e regulamentos. Nada nesta Constituição se interpretará de modo a prejudicar os direitos dos Estados Unidos ou de qualquer dos estados.

SEÇÃO 4. Os Estados Unidos garantirão a cada estado desta União a forma republicana de governo e defendê-lo-ão contra invasões; e, a pedido da Legislatura, ou do Executivo, estando aquela impossibilitada de se reunir, o defenderão em casos de perturbações internas.

ARTIGO V

Sempre que dois terços dos membros de ambas as Câmaras julgarem necessário, proporá o Congresso emendas a esta Constituição, ou, se as legislaturas de dois terços dos estados o pedirem, convocará uma convenção para propor emendas, que, em um e outro caso, serão válidas para todos os efeitos como parte desta Constituição, se forem ratificadas pelas legislaturas de três quartos dos estados ou por convenções reunidas para este fim em três quartos dêles, propondo o Congresso uma ou outra dessas maneiras de ratificação. Nenhuma emenda, todavia, feita antes do ano de 1808 afetará de qualquer forma as cláusulas primeira e quarta da seção 9, do Artigo I, e nenhum estado poderá ser privado, sem seu consentimento, de igualdade de sufrágio no Senado.

ARTIGO VI

Todas as dívidas e compromissos contraídos antes da adoção desta Constituição serão tão válidos contra os Estados Unidos

sob o regímen desta Constituição como o eram durante a Confederação.

Esta Constituição e as leis que em virtude dela se passarem nos Estados Unidos, e todos os tratados já celebrados ou por celebrar sob a autoridade dos Estados Unidos constituirão a lei suprema do país; os juízes de todos os estados serão sujeitos a ela, ficando sem efeito qualquer disposição em contrário na Constituição ou nas leis de qualquer dos estados.

Os senadores e os deputados acima mencionados, os membros das legislaturas dos diversos estados, e todos os funcionários do poder executivo e do judiciário, tanto dos Estados Unidos como dos diferentes estados, obrigar-se-ão por juramento ou afirmação supletória a defender esta Constituição. Jamais se exigirá, como condição para o exercício de qualquer função ou cargo público sob a autoridade dos Estados Unidos, a posse de qualquer qualificação do ponto de vista de religião.

ARTIGO VII

A ratificação, por parte das convenções de nove estados será suficiente para a adoção desta Constituição nos estados que a tiverem ratificado.

Dado em Convenção, com a aprovação unânime dos estados presentes, a 17 de setembro do ano da graça de 1787 e décimo segundo da Independência dos Estados Unidos. Em fé do que assinamos abaixo os nossos nomes.

George Washington,

Presidente e Delegado por Virginia.

William Jackson,

Secretário.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

EMENDA I

O CONGRESSO não poderá passar nenhuma lei estabelecendo uma religião, proibindo o livre exercício dos cultos, cerceando a liberdade da palavra ou da imprensa, restringindo o direito do povo se reunir pacificamente ou de dirigir ao governo petições para a reparação de seus agravos.

EMENDA II

Considerando que uma milícia bem organizada é necessária à segurança de um estado livre, não poderá ser restringido o direito do povo de possuir e tomar armas.

EMENDA III

Em tempo de paz, ninguém poderá ser constrangido a alojar soldados em seu domicílio, e em tempo de guerra, só de acôrdo com o estabelecido por lei.

EMENDA IV

O direito do povo à inviolabilidade de suas pessoas, casas, papéis, e haveres contra busca e apreensão arbitrárias não poderá ser infringido; e não poderá ser expedido mandado algum sem alegações plausíveis, corroboradas por juramento ou afirmação supletória, e sem a descrição minuciosa do local onde se deva fazer a busca e das pessoas ou cousas a serem apreendidas.

EMENDA V

Nenhum cidadão será obrigado a responder por um crime capital ou infamante, salvo por denúncia ou acusação perante um grande juri, exceto em se tratando de casos que, em tempo de guerra ou de perigo público, ocorram nas fôrças de terra ou mar, ou na milícia, durante serviço ativo; ninguém poderá por duas vêzes ser posto em risco de perder a vida ou um membro

pelo mesmo delito; ninguém poderá ser constrangido a depor contra si mesmo em processo criminal; nem ser privado da vida, da liberdade, ou de seus haveres, sem processo legal. Nenhuma propriedade particular poderá ser expropriada para uso público sem justa indenização.

EMENDA VI

Em todos os processos criminais, o acusado terá o direito de ser julgado pronta e públicamente por um juri imparcial no estado e no distrito onde o crime houver sido cometido, distrito êsse que será prèviamente estabelecido por lei, e de ser informado da natureza e razão da acusação; de ser acareado com as testemunhas da acusação; de fazer comparecer por meios legais, testemunhas da defesa, e de ser defendido seu processo por um advogado.

EMENDA VII

Nos processos de direito consuetudinário, quando o valor em litígio exceder vinte dólares, será mantido o direito de julgamento por juri, não podendo, senão de acôrdo com as normas do direito consuetudinário, ser submetidos a qualquer outro tribunal dos Estados Unidos os processos julgados por juri.

EMENDA VIII

Não poderão ser exigidas fianças exageradas, nem impostas multas excessivas ou penas cruéis e extraordinárias.

EMENDA IX

A enumeração de certos direitos na Constituição não poderá ser interpretada como negando ou coibindo outros direitos possuídos pelo povo.

EMENDA X

Os poderes que não são delegados nos Estados Unidos pela Constituição, nem por ela negados aos estados, são reservados aos estados respectivamente ou ao povo.

EMENDA XI

O poder judiciário dos Estados Unidos não poderá ser interpretado como podendo estender-se a qualquer demanda em casos de lei ou de equidade contra um estado dos Estados Unidos pelos cidadãos de outro estado, ou por cidadãos ou súditos de qualquer potência estrangeira.

EMENDA XII

Os eleitores se reunirão em seus respectivos estados e votarão por escrutínio para presidente e vice-presidente, um, ao menos, dos quais não será habitante do mesmo estado que os eleitores; usarão cédulas separadas, numa das quais indicarão o nome em que votam para presidente, consignando na outra cédula o nome do vice-presidente; enumerarão em listas distintas os nomes de todas as pessoas sufragadas para presidente e para vice-presidente, assim como o número de votos obtidos por cada uma delas; assinarão e autenticarão essas listas e as enviarão seladas à sede do govêrno da União, dirigindo-as ao presidente do senado. Tôdas as cédulas serão por êste abertas perante ambas as câmaras, contando-se aí os votos. Será eleito presidente o candidato que reunir maior número de votos para êsse posto, uma vez que êsse número corresponda à maioria dos eleitores nomeados. Se ninguém obtiver essa maioria, a Câmara dos Deputados escolherá imediatamente por escrutínio o presidente, dentre os três candidatos mais votados para a presidência. Na escolha de presidente se tomarão os votos por estados, tendo direito a um voto a representação de cada um dos estados. Para a formação de quorum se exige a presença de um ou mais membros de dois terços dos estados, e para que haja eleição será necessário reunir-se os votos da maioria de todos os estados. Quando, incumbida da eleição presidencial, a Câmara dos Deputados não se desempenhar dêsse dever antes do quarto dia do mês de março seguinte, exercerá o vice-presidente as funções de presidente, como no caso de morte ou de qualquer impedimento constitucional do presidente.

O candidato que reunir o maior número de votos para a vice-presidência será eleito para êsse cargo, se o número obtido corresponder à maioria dos eleitores nomeados; se ninguém obtiver essa maioria, o Senado escolherá o vice-presidente dentre os dois candidatos mais votados. Para a formação de quorum se exige a presença de dois terços dos senadores, e para que haja eleição será necessário reunir-se o voto da maioria do número total. Qualquer pessoa, constitucionalmente inelegível à presidência dos Estados Unidos, sê-lo-á também à vice-presidência.

EMENDA XIII

SEÇÃO 1. Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer localidade sujeita à sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado.

SEÇÃO 2. O Congresso terá autoridade para fazer executar êste artigo por meio das leis que julgar necessárias.

EMENDA XIV

SEÇÃO 1. Todo indivíduo, nascido nos Estados Unidos ou naturalizado neste país, e sujeito à sua jurisdição, é cidadão dos Estados Unidos e do estado onde tiver sua residência. Nenhum estado poderá passar ou executar leis restringindo os privilégios ou as imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; nem poderá privar qualquer pessoa de sua vida, liberdade, ou haveres sem processo legal, ou negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a proteção uniforme das leis.

SEÇÃO 2. O número dos deputados dos diferentes estados será proporcional às suas respectivas populações, contando-se o número total dos habitantes de cada estado, com exceção dos índios não taxados; quando, porém, o direito de votar em qualquer eleição para a escolha dos eleitores, do presidente e do vice-presidente dos Estados Unidos, dos deputados, dos funcionários dos poderes executivo e judicial de seu próprio estado, ou dos membros de sua legislatura, fôr recusado a

qualquer habitante dêse estado, varão maior de 21 anos e cidadão dos Estados Unidos, ou quando êsse seu direito fôr de qualquer modo cerceado, salvo o caso de participação em rebelião ou outro crime, será a respectiva representação estadual reduzida na mesma proporção que a representada por êsses indivíduos em relação à totalidade, no estado em questão, dos cidadãos de sexo masculino, maiores de 21 anos.

SEÇÃO 3. Não poderá ser senador ou deputado, ou eleitor do presidente e vice-presidente, ou ocupar qualquer emprêgo civil ou militar subordinado ao Govêrno dos Estados Unidos ou de qualquer dos estados, aquele que, como membro do Congresso, ou funcionário dos Estados Unidos, ou membro da legislatura de um estado, ou funcionário do poder executivo ou judicial dêse estado, havendo jurado defender a Constituição dos Estados Unidos, tenha tomado parte em insurreição ou rebelião contra essa Constituição, ou prestado auxílio e apôio a seus inimigos. O Congresso pode, porém, mediante o voto de dois terços dos membros de cada uma das câmaras, restituir êsse direito.

SEÇÃO 4. A validade da dívida pública dos Estados Unidos, autorizada pela lei, incluindo as dívidas contraídas para o pagamento de pensões e de recompensas por serviços prestados na repressão de insurreição ou rebelião, não será posta em dúvida. Todavia, nem os Estados Unidos nem qualquer dos estados deverão assumir ou pagar qualquer dívida ou obrigação contraída para auxiliar insurreição ou rebelião contra os Estados Unidos, nem qualquer indenização pela perda ou emancipação de escravos: tôdas estas dívidas, obrigações, ou indenizações serão consideradas ilegais e nulas.

SEÇÃO 5. O Congresso terá autoridade de fazer cumprir as disposições dêste artigo passando as leis que julgar convenientes.

EMENDA XV

SEÇÃO 1. O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não poderá ser negado ou cerceado nem pelos Estados Unidos,

nem por qualquer estado, por motivo de raça, côr, ou de prévia condição de servidão.

SEÇÃO 2. O Congresso terá autoridade de fazer cumprir as disposições dêste artigo passando as leis que julgar convenientes.

EMENDA XVI

O Congresso terá autoridade para lançar e arrecadar impostos sôbre a renda, seja qual for a proveniência desta, sem que seja obrigado a distribuí-los por quota entre os diversos estados ou tomar em consideração algum recenseamento ou enumeração.

EMENDA XVII

O Senado dos Estados Unidos será composto de dois senadores por cada estado, eleitos pelo povo dêsse estado para o exercício de seis anos, cabendo a cada senador um voto. Os eleitores de cada estado deverão possuir as mesmas qualificações que as exigidas dos eleitores da assembléia legislativa mais numerosa do respectivo estado.

Quando no Senado ocorrerem vagas na representação de qualquer estado, o Poder Executivo dêsse estado expedirá editais de eleição para o preenchimento dessas vagas, podendo, porém, a Legislatura de qualquer estado autorizar o respectivo Poder Executivo a fazer nomeações provisórias enquanto o povo não preencha as vagas por eleição conforme prescrever a Legislatura.

A presente emenda não será interpretada como afetando a eleição ou exercício de qualquer senador escolhido antes de se tornar ela parte integrante da Constituição.

EMENDA XVIII

SEÇÃO 1. Um ano depois da ratificação do presente artigo, será proibida a manufatura, venda, ou transporte de bebidas alcoólicas, assim como a sua importação ou exportação, nos Estados Unidos e em todos os territórios sujeitos à sua jurisdição.

SEÇÃO 2. Ao Congresso e aos diversos estados cabe igual autoridade para passar leis que garantam o cumprimento do presente artigo.

SEÇÃO 3. Não entrará o presente artigo em vigor se não fôr ratificado, como emenda à Constituição, pelas Legislaturas dos diversos estados, de acôrdo com as disposições dessa mesma Constituição, dentro de sete anos a contar da data em que o Congresso o submeter aos estados.

EMENDA XIX

O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não será negado ou cerceado em nenhum estado em virtude do sexo do cidadão.

O Congresso terá autoridade de passar as leis que julgar convenientes para fazer cumprir êste artigo.

EMENDA XX

SEÇÃO 1. Os exercícios do presidente e vice-presidente terminarão no dia 20 de janeiro, ao meio dia, e o exercício dos senadores e deputados no dia 3 de janeiro, ao meio dia, nos mesmos anos em que êsses exercícios terminariam se não fôsse ratificado o presente artigo; no mesmo momento começarão os exercícios de seus respectivos sucessores.

SEÇÃO 2. O Congresso se reunirá ao menos uma vez por ano, começando as suas seções no dia 3 janeiro ao meio dia, salvo se fôr por lei designado outro dia.

SEÇÃO 3. Se na época marcada para o início do exercício presidencial houver falecido o presidente eleito, assumirá as funções de presidente o vice-presidente eleito. Se não houver sido eleito o presidente antes de época marcada para o início do exercício, ou se o presidente eleito não preencher as qualificações exigidas, então o vice-presidente exercerá a presidência até que seja eleito um presidente com as necessárias qualificações. No caso em que nem o presidente nem o vice-presidente eleitos possuam as devidas qualificações, o Congresso, por lei,

poderá declarar quem assumirá o cargo presidencial, ou especificar como se fará a escolha, permanecendo então no poder a pessoa que fôr assim designada, até que se dê a eleição de um presidente ou vice-presidente com as necessárias qualificações.

SEÇÃO 4. O Congresso poderá por lei prover no caso do falecimento de qualquer das pessoas dentre as quais poderia a Câmara dos Deputados escolher o presidente, sempre que sobre ela recaia o direito de fazer a escolha, e também proverá no caso de falecimento de qualquer das pessoas dentre as quais poderia o Senado escolher o vice-presidente, sempre que sobre ele recaia o direito de fazer a escolha.

SEÇÃO 5. As Seções 1 e 2 entrarão em vigor no dia 15 de outubro que se seguir à ratificação do presente artigo.

SEÇÃO 6. Não entrará o presente artigo em vigor se não fôr ratificado, como emenda à Constituição, pelas Legislaturas de três quartos dos Estados, dentro de sete anos a contar da data em que fôr submetida aos estados.

EMENDA XXI

SEÇÃO 1. Fica pela presente revogada a décima-oitava emenda à Constituição dos Estados Unidos.

SEÇÃO 2. O transporte ou importação, em qualquer estado, território, ou possessão dos Estados Unidos, de bebidas alcoólicas, para aí serem entregues ou consumidas com violação de suas respectivas leis, fica pela presente proibida.

SEÇÃO 3. O presente artigo ficará sem efeito se não for ratificado, como emenda à Constituição, por convenções nos diversos estados, conforme estipula a Constituição, dentro de sete anos a contar data em que o Congresso o submeter aos estados.

Boston Public Library
Central Library, Copley Square

Division of
Reference and Research Services

The Date Due Card in the pocket indicates the date on or before which this book should be returned to the Library.

Please do not remove cards from this pocket.

BOSTON PUBLIC LIBRARY



3 9999 08835 082 0

